

ANTONIO DAVID CATTANI
JEAN-LOUIS LAVILLE
LUIZ INÁCIO GAIGER
PEDRO HESPANHA

*Dicionário Internacional
da Outra Economia*



DICIONÁRIO INTERNACIONAL DA OUTRA ECONOMIA

AUTORES

ANTONIO DAVID CATTANI
JEAN-LOUIS LAVILLE
LUIZ INÁCIO GAIGER
PEDRO HESPANHA

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, SA
Av. Fernão Magalhães, n.º 584, 5.º Andar
3000-174 Coimbra
Tel.: 239 851 904 – Fax: 239 851 901
www.almedina.net
editora@almedina.net

ALMEDINA BRASIL, LTDA

Alameda Lorena, 670
Jardim Paulista
01424-000 São Paulo
Tel/Fax: +55 11 3885 6624 / 3562 6624
Mob: +55 11 8457 2654
brasil@almedina.com.br

PRÉ-IMPRESSÃO

G.C. – GRÁFICA DE COIMBRA, LDA.
producao@graficadecoimbra.pt

IMPRESSÃO

??????????

Janeiro, 2009

DEPÓSITO LEGAL

??????????

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es). Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.

Biblioteca Nacional de Portugal – Catalogação na Publicação

Dicionário internacional da outra economia / Pedro
Hespanha...[et al.]. – (CES)
ISBN 978-972-40-3722-6

I – HESPANHA, Pedro, 1946-

CDU 330
316
304
364

ÍNDICE

- | | | | |
|----|--|-----|--|
| 7 | Construindo a Outra Economia
<i>Antonio David Cattani</i> | 55 | Cidadania
<i>Paulo Henrique Martins</i> |
| 9 | Nota Acerca da Edição Portuguesa
<i>Boaventura de Sousa Santos</i>
<i>Pedro Hespanha</i> | 60 | Comércio Justo
<i>Alfonso Cotera</i>
<i>Humberto Ortiz</i> |
| 11 | Altermundialização
<i>Patrick Viveret</i> | 68 | Conselhos de Empresa
<i>Hermes Augusto Costa</i> |
| 16 | Antiutilitarismo
<i>Alain Caillé</i> | 74 | Consumo Solidário
<i>Euclides André Mance</i> |
| 21 | Associativismo
<i>Philippe Chanial</i>
<i>Jean-Louis Laville</i> | 80 | Cooperação
<i>Paulo de Jesus</i>
<i>Lia Tiriba</i> |
| 26 | Autogestão
<i>Daniel Mothé</i> | 86 | Cooperação Internacional
<i>Dipac Jaiantilal</i> |
| 31 | Bancos Comunitários
de Desenvolvimento
<i>Genauto Carvalho de França Filho</i>
<i>Jeová Torres Silva Junior</i> | 91 | Cooperativas de Trabalho
<i>Jacob Carlos Lima</i> |
| 37 | Bens Públicos Mundiais
<i>Philip Golub</i>
<i>Jean-Paul Maréchal</i> | 96 | Cooperativismo
<i>Rui Namorado</i> |
| 43 | Cadeias Produtivas
<i>Lee Pegler</i> | 103 | Dádiva
<i>Alain Caillé</i> |
| 49 | Capital Social
<i>Susana Hintze</i> | 108 | Desenvolvimento Local
<i>Rogério Roque Amaro</i> |
| | | 114 | Economia da Família
<i>Lina Coelho</i> |

- 120 Economia do Trabalho
José Luis Coraggio
- 128 Economia Feminista
Lina Coelho
- 134 Economia Moral
Noëlle M. P. Lechat
- 139 Economia para a Vida
Franz J. Hinkelammert
Henry Mora Jiménez
- 145 Economia Plural
Jean-Louis Laville
- 150 Economia Popular
Ana Mercedes Sarria Icaza
Lia Tiriba
- 156 Economia Social
Jacques Defourny
- 162 Economia Solidária
Jean-Louis Laville
Luiz Inácio Gaiger
- 169 Eficiência
Luiz Inácio Gaiger
- 175 Emancipação Social
Antonio David Cattani
- 181 Empreendimento Econômico
Solidário
Luiz Inácio Gaiger
- 188 Empresa Social
Jacques Defourny
- 193 Empresas Recuperadas
Gabriel Fajn
- 198 Estado Social
François-Xavier Merrien
- 203 Ética Econômica
Anne Salmon
Antonio David Cattani
- 208 Finanças Solidárias
Ruth Muñoz
- 213 Governança Local
Sílvia Ferreira
- 219 Identidade
Marília Veríssimo Veronese
Egeu Gómez Esteves
- 224 Incubação de Redes
de Economia Solidária
Genauto Carvalho de França Filho
Eduardo Vivian da Cunha
- 231 Justiça Cognitiva
Maria Paula Meneses
- 237 Macroeconomia e Economia Popular
Ricardo Diéguez
- 243 Microcrédito
Jean-Michel Servet
- 248 Microempreendedorismo
Pedro Hespanha
- 255 Moeda Social
Claudia Lúcia Bisaggio Soares
- 260 Movimento Social
Ana Mercedes Sarria Icaza
- 264 Patrimônio Comum da Humanidade
José Manuel Pureza

- 268 Políticas Públicas
Walmor Schiochet
- 273 Previdência Social
Claudia Danani
- 278 Redes de Colaboração
Solidária
Euclides André Mance
- 284 Redes Sociais
Breno Fontes
Sílvia Portugal
- 289 Responsabilidade Social Empresarial
Anne Salmon
Antonio David Cattani
- 293 Saberes do Trabalho Associado
Maria Clara Fischer
Lia Tiriba
- 299 Sociedade-Providência
Pedro Hespanha
Sílvia Portugal
- 305 Sociologia Econômica
Benoît Lévesque
- 310 Solidariedade
Jean-Louis Laville
- 315 Tecnologia Social
Renato Dagnino
- 322 Terceiro Sector
Sílvia Ferreira
- 328 Utopia
Antonio David Cattani
- 335 Autores
e Corpo Técnico

TERCEIRO SECTOR

Sílvia Ferreira

1. O termo *terceiro sector* é uma definição usada para descrever um conjunto de relações sociais diferentes das do Estado e do mercado. Como tal, é uma definição relacional que também depende das mudanças na natureza do Estado e das forças de mercado. É aplicado frequentemente a uma grande variedade de iniciativas, como organizações de caridade, associações, fundações, grupos de auto-ajuda, iniciativas populares de base, redes e movimentos sociais, mutualidades, cooperativas, empresas sociais e outras. Com base em tradições teóricas diferentes e com ênfases diferentes, têm sido apresentadas listas de propriedades para definir e classificar o terceiro sector. Estas podem referir-se a características organizacionais – como o carácter privado, a ausência de finalidades lucrativas, o objectivo de beneficiar a comunidade ou os seus membros, o seu carácter autogovernado e voluntário e o seu grau de organização formal –, ou a racionalidades ou valores específicos – solidariedade, participação democrática, enraizamento local. Estas perspectivas derivam de pontos de observação diferentes, não são equivalentes e o peso relativo destes valores varia nas organizações em diferentes momentos. Conforme Souza-Cabral (2007) aponta, no terceiro sector o todo é maior do que a soma das partes.

O termo tem sido usado como fórmula genérica para uma realidade mais complexa e mostra-se útil na investigação comparativa internacional. Daí que seja usado como um equivalente para definições mais locais e contextuais, como sector voluntário (Reino Unido e países nórdicos), sec-

tor não lucrativo (EUA), economia social (Europa continental), ONG e organizações de base (países do Sul), etc. O que é relevante, independentemente da designação ou do seu conteúdo específico, é o surgimento de um sector em relação com o Estado e o mercado, como um “outro” distinto da economia de mercado e do Estado, e a tentativa de observar aspectos comuns num amplo leque de iniciativas frequentemente isoladas entre si.

2. Há dois aspectos importantes a ter em conta na análise histórica da emergência do sector. Um é o surgimento do termo, o contexto deste surgimento e a sua semântica. Outro é a estruturação de um campo social que se inventou como sector, composto por um tipo específico de relações sociais, organizações e princípios, e o significado estratégico desta construção para um diversificado leque de actores sociais.

O surgimento do termo está ligado ao Estado-providência e ao Estado desenvolvimentista, particularmente à sua crítica, às suas crises e às suas transformações. Obviamente, muitas das iniciativas e relações designadas agora de terceiro sector existiam anteriormente, algumas precedendo a intervenção do Estado em muitas áreas, enquanto que outras cresceram em consequência de programas do Estado-providência. Porém, estas iniciativas não eram descritas como sector até à década de 1970. Nesta década, nalguns países ocidentais, o surgimento de iniciativas da sociedade que expressavam ou implicavam uma crítica tanto ao Estado como ao mercado coincidiu com uma crise financeira, económica e de legitimidade do Estado-providência e do Estado desenvolvimentista e com a busca de

alternativas por parte tanto da esquerda como da direita políticas. O termo foi usado inicialmente neste contexto, tendo assumido significados e projectos políticos diferentes. Theodor Levitt usou-o pela primeira vez em 1973, nos EUA, para descrever iniciativas, entre o público e o privado, desde as organizações de caridade e associações populares até aos sindicatos e às organizações dos novos movimentos sociais. De acordo com o autor, estas iniciativas faziam, ou exigiam que fosse feito, aquilo que o Estado e o mercado não faziam ou faziam mal. Amitai Etzioni usou o termo com outro significado, designando com ele as iniciativas entre o Estado e o mercado, públicas mas não governamentais, tais como as organizações voluntárias e as fundações e as iniciativas resultantes das parcerias entre o sector público e as empresas. Segundo este autor, o terceiro sector seria a melhor solução para garantir a prestação de bens públicos permitindo manter reduzido o aparelho do Estado. Em França, as primeiras referências ao termo estiveram relacionadas com a crise do emprego e a crítica da relação salarial fordista e foram inspiradas pelas iniciativas de autonomia no trabalho. Jacques Delors utilizou-o em 1978 num relatório da Comissão Europeia sobre a criação de emprego e, em 1984, Alain Lipietz propôs que o terceiro sector (*entre l'entreprise capitaliste et la fonction publique*) fosse promovido e apoiado de modo a existir paralelo à empresa capitalista. Num contexto de pressão para a exoneração das empresas das contribuições sociais em nome do contributo para a criação e manutenção de empregos, o terceiro sector criaria a possibilidade de resistir a estas pressões promovendo alternativas de emprego.

Em muitos países a “invenção” de um sector não adoptou sempre a semântica de terceiro sector mas, em vez disso, designações locais que deram expressão a tradições nacionais. Nalguns países, como os EUA, a França e o Reino Unido, as organizações criaram estrategicamente o sector. Hall (1992) descreve este processo nos EUA como uma estratégia de autoprotecção das fundações em relação ao questionamento da sua prosperidade e do seu estatuto fiscal, motivado pelo seu apoio financeiro a grupos e movimentos sociais que questionavam a política governamental. Esta estratégia incluiu a criação de uma comissão para estudar a contribuição do terceiro sector, o estabelecimento de uma associação de cúpula e o desenvolvimento de uma identidade baseada sobretudo no estatuto legal de organizações não lucrativas. Os pesquisadores, economistas na sua maioria, desenvolveram a ideia de um sector específico com um papel próprio de compensação das falhas do mercado e do Estado. Defourny e Campos (1992) também descrevem a reemergência da economia social em França como uma estratégia de uma coligação de cooperativas, mutualidades e associações com o intuito de aumentar o seu acesso a financiamentos e ao poder político e também como reflexo das inovações sociais e económicas da década de 1960. Tal como nos EUA, estes esforços foram também apoiados por académicos com pesquisa sobre a economia social e as suas raízes históricas. Esta recuperação histórica ajuda a perceber a razão pela qual a ideia de economia social se baseia na noção de que existem outras formas de organizar as relações económicas para além do mercado (nomeadamente, a reciprocidade e a redistribuição), assim

como na ênfase das falhas da perspectiva económica neoclássica (EVERS e LAVILLE, 2004). Alguns países seguiram caminhos idênticos para a estruturação do terceiro sector, mas em muitos outros ele continuou fragmentado.

A nível académico, a década de 1990 é de institucionalização do “sector”, com um acréscimo significativo de pesquisa e de publicações, de lançamento de centros de pesquisa e de revistas, de criação de associações nacionais e internacionais de pesquisadores, como a *International Society for Third Sector Research*. Muita pesquisa dedicou-se a estabelecer definições e classificações, justificar ou explicar a sua existência e estudar os seus diferentes papéis de prestação de serviços, desenvolvimento económico, transição democrática, desenvolvimento de políticas, etc. Um dos aspectos mais interessantes é o enfoque multidisciplinar, com cientistas das varias áreas das ciências sociais dando conta do seu carácter multifacetado mas, ao mesmo tempo, impedindo a fixação dos estudos numa disciplina específica e contribuindo, assim, para algum subdesenvolvimento teórico.

Os estudos comparativos internacionais que criaram a ideia da importância crescente deste sector, em especial em termos do número de trabalhadores (incluindo voluntários) e de volume de rendimento gerado, ajudaram a construir o argumento sobre a necessidade de políticas de apoio ao contributo do sector para a resolução dos problemas de emprego e do fracasso das políticas sociais. O Projecto Comparativo do Sector Não Lucrativo da Universidade Johns Hopkins (<http://www.jhu.edu/~cnp/>), nos EUA, constituiu uma proposta importante para uma

definição estrutural operativa focada em características organizacionais e para uma classificação de acordo com áreas de actividade (serviços sociais, saúde, educação e investigação, desenvolvimento e habitação, cultura e recreio, militância e política, ajuda internacional, ambiente, religião e associações empresariais, profissionais e sindicatos). Desde que este projecto começou, em 1990, já foi desenvolvido em trinta e seis países, tendo, nalguns casos, permitido os primeiros estudos nacionais abrangentes e possibilitado comparações internacionais. Além disso, a capacidade de o projecto dar conteúdo à ideia internacional de sector manifestou-se no desenvolvimento de uma contabilidade satélite destinada a incluir o sector nas contas nacionais. Foi elaborado um Manual, fruto da cooperação entre os pesquisadores do projecto e a divisão de estatística das Nações Unidas e, de acordo com o sítio do projecto na internet (<http://www.jhu.edu/ccss/unhandbook/>), já são vinte e seis os países interessados em adoptar este Manual.

Inevitavelmente, classificações e definições seleccionam partes da realidade, o que significa que são susceptíveis de serem contestadas por valorizarem alguns aspectos e actores em detrimento de outros. Duas críticas relativas às selecções do projecto Johns Hopkins – por vezes estendidas ao conceito de terceiro sector – giram em torno dos conceitos de economia social e de sociedade civil e exprimem as tensões da construção do sector. Pesquisadores da Europa continental consideram que a exclusão de uma parte importante da economia social, nomeadamente, a maioria das cooperativas e das mutualidades, com base no critério da não lucratividade, torna

o quadro analítico inadequado para realidades como a europeia e de muitos países onde iniciativas populares de produção e comercialização têm um papel fundamental no suporte das comunidades. Estes pesquisadores também rejeitam o quadro anglo-saxónico de separação e antagonismo entre o Estado e o terceiro sector, pois na Europa existe uma tradição de cooperação. A oposição encontra-se sobretudo no campo da economia, entre a economia de mercado e outras economias (EVERS e LAVILLE, 2004). De facto, mesmo no mundo anglo-saxónico a tradição de cooperação é bem mais saliente do que o mito da separação e do antagonismo deixa antever (ANHEIER e KENDALL, 2001). Uma segunda crítica exprime-se na preferência pelo conceito de sociedade civil, considerado mais amplo e capaz de acolher aspectos que têm sido desvalorizados nas formulações e pesquisas do sector. Esta mudança reflecte transformações semânticas resultantes de um descentramento em relação ao contexto particular em que o conceito teve origem, em especial nos processos de transição democrática dos países da Europa Central e de Leste, de democratização e liberalização dos países do Sul ou, de forma mais global, nos processos de mudança do governo para a governação. Também aqui têm surgido projectos globais, como o *Civil Society Index* desenvolvido pelo CIVICUS (http://www.civicus.org/new/CSI_home.asp). Argumentam alguns dos seus autores, num debate no *Journal of Civil Society* (vol. 1(3), 2005), que o conceito de sector não lucrativo se centra em demasia nos aspectos económicos e organizacionais, enquanto o conceito de sociedade civil permite focar o lado político destas iniciativas.

Contudo, estas discussões não esgotam a realidade do terceiro sector. Em cada país, de acordo com as suas tradições políticas, existe uma ampla variedade de relações e de articulações que se tornam perceptíveis nos estudos nacionais. No entanto, elas ilustram a luta pelas definições e a importância estratégica destas no que se refere à criação de quadros institucionais que favorecem determinadas iniciativas e racionalidades em detrimento de outras. Partindo do conceito de “economia imaginada” de Jessop (2004), podemos considerar algumas implicações concretas destes debates. Desde o momento em que o terceiro sector é oficialmente reconhecido torna-se objecto de cálculo económico e de regulação e, ao ser valorizado pelo seu contributo para o desenvolvimento económico ou para a compensação das políticas sociais (e não para a cooperação, solidariedade, actividade voluntária ou filantrópica), torna-se parte da “economia imaginada” e é mobilizado como instrumento de apoio à viragem para o neoliberalismo.

3. No contexto actual dos debates sobre as definições de terceiro sector ou sobre o seu lugar estrutural, como Santos o designa (2006), algumas propostas têm tentado apreender e compreender a sua heterogeneidade através de quadros analíticos que dêem conta das características específicas das iniciativas em contextos particulares, seja em termos das diferenças nacionais seja em termos da heterogeneidade do sector nos diferentes países. Por exemplo, Salamon e Anheier (1998) desenvolvem uma teoria das “origens sociais da sociedade civil”, procurando explicar as diferenças nacionais de acordo com a mobilização

de recursos das classes sociais e as instituições existentes. Os autores europeus, indo beber quer às teorias das economias mistas de bem-estar quer às teorias sobre a economia plural, desenvolveram abordagens que têm em conta a variedade interna do terceiro sector (EVERS e LAVILLE, 2004). O terceiro sector foi então descrito como ocupando uma posição intermédia dentro de um espaço delimitado por um triângulo cujos vértices são o mercado, o Estado e a comunidade, parte da esfera pública na sociedade civil, interagindo com as instituições e racionalidades nos três vértices e na sociedade civil e sendo influenciado por umas e outras (EVERS e LAVILLE, 2004). Assim, diferentes organizações do terceiro sector apresentam misturas particulares destas racionalidades consoante as relações específicas. Daí que a pesquisa também tenha assinalado a variedade dentro das organizações, que têm sido descritas como híbridas, misturando diferentes princípios e racionalidades. Outros autores desenvolveram ideias idênticas, notando que a característica principal do terceiro sector é a mistura de princípios económicos diferentes e racionalidades sociopolíticas distintas (EVERS e LAVILLE, 2004, ENJOLRAS, 2002). Estas interpretações coincidem, em termos epistemológicos, com um maior interesse nas misturas e nos híbridos e com o questionamento da suficiência de formas de explicação do mundo em termos de fronteiras e dicotomias.

Tal como Lipietz (2001) sugere, depois de a actividade humana ter sido reduzida às relações mercantis e/ou estatais e de a família ter sido subordinada às necessidades da reprodução capitalista, o terceiro sector, através da produção de um valor acrescentado, responde às necessidades

não satisfeitas que subsistem e têm mesmo vindo a aumentar com as transformações socioeconómicas. Poderíamos acrescentar aqui que este valor acrescentado é, em grande medida, o resultado da mobilização da lógica da comunidade e da sociedade civil para se misturarem com a lógica do mercado e do Estado. Trata-se, como Santos (2006) referiu ao descrever os movimentos sociais da década de 1960, do regresso do pilar da comunidade e da subjectividade. No entanto, tal como Santos também sugere, isso não é garantia de que estas racionalidades sejam hegemónicas, em especial no contexto actual de crescente penetração da lógica mercantil em novas esferas do Estado, da sociedade e da subjectividade. Tal também não é garantia de que o terceiro sector não seja um mecanismo dessa mesma penetração, antes dependendo da natureza da sua relação com a sociedade civil, o Estado e o mercado. Todavia, faz sentido reter o conceito de terceiro sector, e a heterogeneidade que ele descreve, como indicação das limitações da dicotomia mercado/Estado e como o “outro” que existe juntamente e em inter-relação com estas e outras racionalidades. E, também, no contexto dos debates internos, como uma observação dos limites e uma relativização das fronteiras que são construídas em torno de si.

BIBLIOGRAFIA

- ANHEIER, H. K.; KENDALL, J. (Ed.) (2001), *Third Sector Policy at the Crossroads: an international nonprofit analysis*, London: Routledge.
- DEFURNY, J.; CAMPOS, J. L.-M. (Ed.) (1992), *Économie sociale – entre économie capitaliste et économie publique/The third sector – cooperative, mutual and nonprofit organizations*, Bruxelles: De Boeck.

- ENJOLRAS, B. (2002), *L'économie solidaire et le marché: modernité, société civile et démocratie*, Paris: l'Harmattan.
- EVERS, A.; LAVILLE, J.-L. (Ed.) (2004), *The third sector in Europe*, Cheltenham; Northampton, Massachusetts: Edward Elgar Publishing.
- HALL, P. D. (1992), *Inventing the nonprofit sector and other essays on philanthropy, voluntarism, and nonprofit organizations*, Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- JESSOP, B. (2004), Critical semiotic analysis and cultural political economy, *Critical Discourse Studies*, v. 1, n. 2, p. 159-174.
- LIPIETZ, A. (2001), *Pour le Tiers Secteur - L'économie sociale et solidaire: pourquoi et comment*, Paris: La Découverte.
- SALAMON, L. M.; ANHEIER, H. K. (1998), Social origins of civil society: Explaining the nonprofit sector cross-nationally, *Voluntas*, v. 9, n. 3, p. 213-248.
- SANTOS, B. S. (2006), A reinvenção solidária e participativa do Estado, *A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política*, Porto: Afrontamento, p. 317-349.
- SOUZA-CABRAL, E. H. (2007), *Terceiro setor: gestão e controle social*, São Paulo: Saraiva.